

“Acordo é insatisfatório aos interesses do País”

por Fernando Canzian
de São Paulo

“O acordo provisório para a dívida externa fechado na sexta-feira em Nova York é profundamente insatisfatório aos interesses fundamentais do País e confirma, de forma absolutamente clara e inequívoca, a volta a um sistema de negociação convencional, sem um acerto definitivo para garantir ao Brasil o crescimento desejável”, disparou ontem o ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro, articulador do Plano Cruzado e peça-chave na decretação da moratória, em fevereiro.

Para o ex-ministro da Fazenda, que participou ontem do lançamento da Carta Conjuntura do mês de novembro, organizada pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo, o acordo fechado pela comitiva brasileira em Nova York “mostrou que o governo de transição esgotou a sua capacidade de negociações, demonstrando fragilidade”.

Na visão de Funaro, “o governo entregou seu principal instrumento de negociação, a moratória, para resolver o problema contábil dos bancos norte-americanos”.

Funaro citou as duas posições do PMDB acertadas na Convenção Nacional do Partido, realizada em julho deste ano, que se concentravam na não aceitação do monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), e na não suspensão da moratória até o fechamento de um acordo plurianual para a dívida externa. “Como pode então o PMDB continuar apoiando o go-

verno capaz de envolver-se em entendimentos que impliquem levantamento prematuro da moratória e a volta à tutela do FMI”? pergunta.

O ex-ministro da Fazenda disse que manteve no início desta semana contatos com as bases do PMDB e os representantes do partido, segundo ele, mostraram-se “indignados” com as condições do acordo de sexta-feira.

“Quem decretou a primeira moratória foram os próprios credores no momento em que suspenderam qualquer tipo de repasse de ‘dinheiro novo’ ao Brasil, disse Funaro. “A minha indignação é cívica. O governo perdeu a visão do Estado, e mais, perdeu a oportunidade histórica de contribuir para o desenvolvimento do País”, assinalou.

Também presente ao lançamento da Carta Conjuntura, o economista da Universidade de São Paulo (USP), Stephen Kanitz, disse que o acordo provisório para a dívida, “como premissa básica”, deveria ter sido negociado no Brasil, e não o solo dos banqueiros credores. Kanitz disse também que o governo brasileiro deveria ter negociado diretamente com os fundos de pensões internacionais, e não com os banqueiros.

Na opinião do economista, quando os bancos internacionais cortaram, em 1982, a possibilidade de novos créditos ao Brasil, “deveria ter ficado claro que tão cedo não voltariam a emprestar dinheiro novo ao País e, se voltassem, deveriam ser considerados fornecedores não confiáveis”.